



RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

Wagner Copola ¹

Dados de Identificação

Disciplina: APTA IV – Direitos Humanos

Período: 4º

Curso: Psicologia

Objetivo(s) da Ação

A Disciplina de Atividades Práticas Transversais de Aprendizagem – APTA IV, possibilita ao discente de Psicologia a compreensão crítica acerca da discussão da Educação em Direitos Humanos.

Durante a disciplina apresentamos como proposta de estudo e pesquisa, o estudo do conceito de Direitos Humanos; A Declaração Universal dos Direitos Humanos e seus princípios norteadores, Conceito de dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos e cidadania; Compreensão das principais violações de direitos e suas consequências na sociedade; políticas públicas de segurança e proteção social; bem como o papel do psicólogo como profissional dos Direitos Humanos.

Permite ainda, ao discente, o interesse pela pesquisa e reflexão acerca da garantia de direitos às classes marginalizadas pela sociedade; apresenta as expressões da Questão Social e possibilita a reflexão por parte do aluno acerca do papel do psicólogo frente a políticas relacionadas aos Direitos Humanos. Assim, como proposta de nota (avaliação da disciplina), foi sugerido um seminário com temáticas

¹ Doutorando em Serviço Social – PUC RIO, Docente UGB/FERP,



variadas, frente ao contexto contemporâneo dos Direitos e Violações dos Direitos Humanos.

Conteúdos Trabalhados

Durante a disciplina de APTA IV, foi proposto o estudo e a pesquisa de diversas temáticas que envolve os Direitos Humanos, e posteriormente a apresentação de um seminário, com as seguintes propostas:

- 1) Criança e Adolescente;
- 2) Comunidade LGBTQIA+;
- 3) Pessoas em Situação de Rua;
- 4) Violência de Gênero;
- 5) Pessoa com Deficiência;
- 6) Grupos Tradicionais – Quilombolas;
- 7) Pessoa Idosa;
- 8) Sistema Penitenciário;
- 9) Imigração

Procedimentos

- 1) Apresentação das temáticas e sorteio dos grupos;
- 2) Debate sobre os temas;
- 3) Pesquisa bibliográfica e de campo de cada grupo;
- 4) Confecção do produto acadêmico – Banner;
- 5) Apresentação do Seminário no Auditório I;
- 6) Exposição no Hall do UGB – Acesso A.

Resultados

Como resultado, cada grupo produziu um produto acadêmico em formato de Banner, conforme as imagens a seguir:

CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA



PCDs e o acesso ao mercado de trabalho

Any Alves, Beatriz Cunha, Bernardo Fonseca, Camila Pardini, Giovana Vicente, Luís Paiva e Marcelle Silva
Disciplina: APTA IV – DIREITOS HUMANOS
Prof. Me. Wagner Copola



RESUMO

O Brasil é composto de 8,9% de Pessoas com Deficiência, colaborando para uma grande parte da sociedade. Entretanto, esta parcela da população continua a sofrer inúmeros tipos de exclusões sociais, dentre elas a falta de acesso ao mercado de trabalho. A escassez de acessibilidade em empresas e instituições corrobora para uma falta de avanço no processo de autonomia e desenvolvimento de direitos dos PCDs. Através de pesquisas territoriais, o trabalho objetiva demonstrar numericamente este obstáculo da sociedade e comprovar que esta temática merece uma colocação mais adequada nos debates em todos os níveis no país.

Palavras-Chave: Acessibilidade, mercado de trabalho e direitos.

INTRODUÇÃO

O trabalho visa explorar o tema "Acesso de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho" e mostrar a realidade desse grupo na atualidade, apresentar o avanço dessa discussão ao longo dos anos e os atuais desafios e dificuldades. O descumprimento do artigo 93 da Lei nº 8.213/91 que exige que toda empresa com a partir de 100 empregados tenham de 2% a 5% dos seus funcionários PCD's; a falta de acessibilidade arquitetônica e comunicativa dentro das empresas e instituições de ensino; e o próprio preconceito são algumas barreiras que impedem a entrada desse grupo nas empresas brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em nossa pesquisa realizada na região Sul Fluminense, percebe-se que apenas uma pequena parcela está inserida no mercado de trabalho. Tendo como os cargos mais comuns ajudantes de supermercados e auxiliares administrativos.

Nota-se também que as estruturas para acessibilidade nos locais de trabalho são altamente incompletas, na maioria das vezes faltando inclusive rampas básicas.

Nos ambientes educacionais não é diferente, sendo somente 5% mais acessível em comparação às empresas. O que faz com que nas salas de aula haja poucos estudantes PCD.

DESENVOLVIMENTO

Dados da pesquisa
De acordo com pesquisas do IBGE, em 2019, a taxa de participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho era de 28,3%, e das pessoas sem deficiência 66,3%. Além disso, esse grupo também encontra obstáculos na formação educacional, enquanto apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído o Ensino Médio, mais da metade das pessoas sem deficiência (57,3%) tinham esse nível de instrução. Já a proporção de pessoas com nível superior foi respectivamente 7,0% e 20,9% para PCDs e não PCDs.

Importância econômica-social do PCD incluso no mercado de trabalho
A inclusão no mercado de trabalho proporciona autonomia financeira às PCDs, promovendo sua liberdade e reduzindo a dependência da assistência social. Isso beneficia individualmente essas pessoas aumentando sua autoestima e trazendo notoriedade e relevância para sua vida.

Dificuldades que os PCDs encontram para se inserirem no mercado de trabalho
Podemos entender que as dificuldades para PCDs ingressarem no mercado de trabalho são diversas:

- A falta de acessibilidade dentro das empresas;
- A falta de acessibilidade pública;
- O acesso às próprias instituições de ensino, fazendo com que muitos dos cargos ocupados por pessoas com deficiência sejam cargos que não exijam uma escolaridade de nível superior e consequentemente de remunerações mais baixas.

Existe algum funcionário PCD na empresa em que você trabalha?



■ Sim
■ Não

A empresa possui estrutura e acessibilidade para atender às necessidades de PCDs?



■ Sim
■ Não
■ Sim, porém precisa de melhorias

Existe algum estudante PCD no seu processo de formação profissional?



■ Sim
■ Não

A instituição educacional possui estrutura e acessibilidade para atender às necessidades de PCDs?



■ Sim
■ Não
■ Sim, porém precisa de melhorias

CONCLUSÃO

Analisando as pesquisas e os estudos que foram realizados para trazer a perspectiva dos PCDs no mercado de trabalho, podemos concluir que grande parte das empresas não possuem pessoas com nenhum tipo de deficiência como funcionário, muitas vezes sem nem acessibilidade para recebê-las. Assim como a maioria, não foram possibilitadas de cursar nenhum ensino superior e/ou técnico também pela falta de estrutura e preconceitos.

É imprescindível que a inclusão para PCDs seja efetivada, não só dentro do mercado de trabalho, mas como também no cotidiano da sociedade. Faz-se necessário a superação de barreiras tanto físicas quanto pessoais contra essas pessoas. Além disso, é importante a luta para uma sociedade mais igualitária e harmoniosa, juntamente com a conscientização sobre esse tema que é de extrema importância e precisa ser debatido.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. Mesmo com escolaridade, pessoas com deficiência têm menos empregos. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 07/07/2023.
- CHICON, José Francisco; SOARES, Jane Alves. Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão. Disponível em: <<http://www.sociedade.unicamp.br/8060/ab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/>>.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de Outubro de 1991. Dispõe sobre o Estatuto dos Deficientes Físicos, no âmbito do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/1991/L8213.htm>>.
- BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de Setembro de 2000. Dispõe sobre o Estatuto dos Deficientes Físicos, no âmbito do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/2000/L10048.htm>>.



CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Vozes Silenciadas, Direitos Violados: A Violência Contra a Mulher e o Seu Reflexo na Saúde Mental

Ana Clara Nato; Anna Luiza Vieira; Cristal Neves; Gabriel Alcântara;
Luanna Ovídio; Nicolly Carvalho; Nicolly Caroline
Disciplina: APTA IV – DIREITOS HUMANOS
Prof. Me. Wagner Copola



RESUMO

O presente trabalho refere-se à relação entre a violência de gênero e a influência na saúde mental das mulheres. A abordagem se dá com ênfase nas consequências geradas pela violação de direitos e a visibilidade dessas vozes a fim de promover uma maior conscientização dessa realidade. À vista disso, concluiu-se que haja um movimento de verbalização e escuta dessas dores e de ações integradas de acolhimento e combate à violência de gênero.

Palavras-Chave: Mulheres, Violência, Direitos

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e alarmante que transcende fronteiras geográficas, culturais e socioeconômicas. No cerne dessa pesquisa está o reconhecimento de que a violência contra a mulher não se manifesta apenas como agressão física, mas também como uma forma de violência psicológica. Ao explorar as vozes silenciadas, pretende-se dar visibilidade aos relatos muitas vezes abafados de mulheres que enfrentam violência, proporcionando uma plataforma para que expressem suas experiências e desafios. Este estudo busca não apenas compreender a extensão da violência, mas também examinar como ela reverbera nas esferas psicológicas, afetando a autoestima, a saúde emocional e as relações interpessoais das mulheres.

DESENVOLVIMENTO

Falar de violência contra mulher e seu impacto na saúde mental é complexo, subjetivo e nada simplista. Envolve diversos casos, dores e sentimentos que impactam de forma drástica na vida daquelas que sofreram e ainda sofrem. Para abordarmos esse assunto aplicamos uma pesquisa online e anônima direcionada às mulheres e divulgada por meio das redes sociais, conseguindo então, dentro de uma amostra, resultados sobre o impacto que foi causado na vida de cada uma. O questionário foi elaborado abordando aspectos específicos da violência, como os tipos de violência, os sentimentos e sensações sentidas naquele momento e os impactos que foram causados tanto no seu dia a dia quanto na sua saúde mental. A coleta de dados incluiu idade, local em que sofreu a violência e perguntas abertas e fechadas para obter uma compreensão mais abrangente, além de um espaço não obrigatório ao final, destinado a deixarem seus relatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os resultados da pesquisa pode-se observar que 63,3% das mulheres já haviam sofrido violência, sendo dessas, 55,1% maiores de 30 anos. A violência mais recorrente foi a psicológica, com 87,1% de incidência, sendo seguida da violência moral, com 51,6%. Em grande parte, as mulheres sofreram essas violências dentro de casa, com marido, namorado ou familiares e expressaram que os principais sentimentos foram a insegurança, constrangimento, baixa autoestima e ansiedade. Foi relatado que as maiores consequências para a saúde mental de cada uma foi o agravamento da depressão e da ansiedade, insegurança e medo de novos relacionamentos e a diminuição da autoestima.

CONCLUSÃO

Diante disso, a pesquisa feita destaca que a violência contra as mulheres impacta não apenas em seus direitos fundamentais, mas também em sua saúde mental. A narrativa dessas vozes silenciadas ressalta a urgência de abordar não apenas os sintomas físicos da violência contra a mulher, mas também os aspectos psicológicos e emocionais. A saúde mental é intrinsecamente ligada ao bem-estar geral, e o trauma resultante da violência pode ter consequências devastadoras. Pode-se destacar também a importância de criar um ambiente que promova a denúncia, o suporte e a prevenção da violência contra a mulher. A quebra do silêncio em torno dessas experiências é crucial para proporcionar às mulheres o apoio necessário para superar os efeitos prejudiciais na saúde mental. Ao dar voz às mulheres afetadas, podemos construir uma sociedade mais justa, que proteja não apenas os direitos físicos, mas também a integridade mental e emocional de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- Adeodato, VG, Carvalho, R. dos R., Siqueira, VR de, & Souza, FG de M. e. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres abusadas pelos seus parceiros. *Revista De Saúde Pública*, 39 (1), 108-113.
- BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, Brasília May/Aug, 2014.
- LIANA, CM.; SANTOS, NM dos. Impactos psicológicos causados pela violência doméstica: Revisão integrativa da literatura. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.] , v. 14, pág. e454111436649, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i14.36649





CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

A invisibilidade da mulher no contexto de rualização no Brasil

Ana Julia Vasconcelos, Geovana Albertoni, Karine Lima, Pamela Parente
 Disciplina: APTA IV – DIREITOS HUMANOS
 Prof. Me. Wagner Copola



RESUMO

Este estudo visa verificar através de uma revisão literária junto ao levantamento de dados na região Sul Fluminense as problemáticas que envolvem as mulheres em contexto de rualização. A ausência de estratégias que combatam os desafios específicos que enfrentam, como abuso, barreiras no emprego e falta de assistências básicas reforça a pobreza e desigualdade de gênero. É essencial políticas públicas que ofereçam apoio integral e reintegração social a estas mulheres.

Palavras-chave: invisibilidade; mulheres; rualização.

INTRODUÇÃO

A população em situação de Rua (PSR) é um fenômeno diversificado que afeta distintos grupos de diversas maneiras. Dentro desses grupos, é de extrema importância abordar as especificidades de ser mulher nesse cenário. A vida destas mulheres é permeada por violência e vulnerabilidades extremas. No Brasil, são encontrados poucos estudos sobre a temática. O presente trabalho tem por objetivo realizar um levantamento de dados na região Sul Fluminense com o intuito de compreender o conhecimento da população em torno da realidade enfrentada pelas mulheres em contexto de rualização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 26 participantes, a maioria da cidade de Volta Redonda (76,9%). Entre os sujeitos pesquisados, a maioria se identifica como mulher cisgênero (69,2%), sendo predominante em relação aos homens. Entre os participantes, 65,4% sabem os fatores que levam as mulheres a buscar moradia nas ruas, entre eles principalmente discriminação e violência de gênero. Também foi analisado que 69,2% dos entrevistados têm noção básica dos desafios enfrentados pelas mulheres, que igualmente apresentam históricos de discriminação e violência de gênero. Esses resultados evidenciam como as mulheres independente do seu contexto são vulneráveis a situações de violência, dentro ou fora de casa. Em relação a terceira categoria de análise, 96,2% não conhecem instituições públicas direcionadas às mulheres em situação de rua. Mostrando o desconhecimento da população sobre nossos próprios recursos assistenciais.

DADOS REFERENTES AO CONHECIMENTO SOBRE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA



Categoria	Porcentagem
SABEM OS FATORES QUE AS LEVAM A IR PARA AS RUAS	69,2%
TEM NOÇÃO DOS RISCOS ENFRENTADOS POR ELAS NAS RUAS	65,4%
NÃO SABE DA EXISTÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ELAS	96,2%

CONCLUSÃO

É fundamental que haja uma maior divulgação e conscientização sobre as políticas públicas, recursos e serviços já disponíveis que possam abranger suas necessidades. Da mesma forma, a criação de políticas específicas que garantam uma assistência especializada, programas de apoio específicos, fortalecimento das leis de proteção e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero, assim, garantindo a elas a oportunidade de viver uma vida digna e livre de violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a conviver. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

DA SILVA, I. 1999. Violência Contra Mulheres em situação de rua e suas implicações sobre elas. Revista Psicologia Clínica, 11, 1, 2012. Disponível em: http://www.psc.org.br/revistaonline/index.php?option=com_content&view=article&id=1033:da-silva-pdi. Acesso em: 25 nov. 2023.

WAZELINSKI, Salla Fortes et al. MAFIA, MAFIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 18, ed. 1, p. 146-150, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrn.br/index.php/ta/article/view/29199/18804>. Acesso em: 25 nov. 2023.





CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Conquistas e direitos da comunidade LGBTQIA+

Andressa Oggioni; Gabriela Guerra; Giselly Silva; Isabelle Gama; Michele Caetano; Matheus Oliveira; William Quinto;
Disciplina: APTA IV – DIREITOS HUMANOS
Prof. Me. Wagner Copola



RESUMO

A psiquiatria argumentava ser uma doença mental e merecedora de um CID e constar no DSM da OMS. Organização Mundial da Saúde e a Psicologia argumentavam que era desvio de conduta. Uma das primeiras conquistas do movimento foi quando o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade do catálogo de doenças. Por decorrência, a ideia de "cura gay" deve ser refutada pelo olhar da ciência e dos direitos civis.
Palavras-Chave: Psicologia, Diversidade, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Problemática
Diz respeito à necessidade de expor as conquistas da comunidade LGBTQIA+ e por consequência conscientizar sobre os seus direitos legais.

Objetivo
Expor a importância de compreender as conquistas da comunidade LGBTQIA+.

Aplicabilidade
Com as consequências positivas da luta pelo direito da comunidade LGBTQIA+ construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio de comunicado dirigido à classe médica, se posicionou oficialmente declarando que a homossexualidade não constitui uma patologia.

No início da década de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID-10. Somente em 2018 vimos a publicação de uma resolução (CFP, 2018) que determina que psicólogos e psicólogas não podem tratar experiências trans como patologias.

O documento afirma que:

- 1- O gênero é uma construção não binária e as identidades de gênero podem não estar alinhadas com o sexo atribuído à nascença.
- 2- A identidade e a orientação de gênero estão inter-relacionadas, mas são construções distintas.
- 3- A identidade de gênero precisa analisada interseccionalmente em relação a outras identidades (raça, etnia, geração, situação socioeconômica).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir deste trabalho e das pesquisas realizadas com o intuito de compreender determinadas problemáticas e possíveis soluções a respeito do tema aqui tratado, recorreremos a cerca dos resultados colhidos. A pesquisa foi feita através de um questionário com perguntas objetivas e uma discursiva, ao todo de forma qualitativa e estruturada, e obtivemos 73 respostas. Dentre as perguntas foram tratados temas como a violação dos direitos da comunidade LGBTQIA+, conhecimento acerca de seus direitos e etc.

Destes dados, podemos relatar que há algum entendimento à respeito do tema, mas nem sempre nos apropriamos dos mesmos, e por vezes, por não termos certeza ou até mesmo exemplos a serem seguidos. E com isso, abrimos portas para que nossos direitos sejam constantemente violados, mesmo que de forma velada.



CONCLUSÃO

O papel de profissionais da psicologia é proporcionar acolhimento de qualidade para a população LGBTQIA+, tendo um entendimento adequado acerca da forma como a experiência de exposição à violência, preconceito e rejeição pode impactar a saúde mental e trazer uma série de prejuízos.

As ferramentas psicoterápicas afirmativas podem ajudar a reduzir os efeitos deletérios do estigma, minimizar o sofrimento, potencializar a resiliência, fortalecer redes de apoio, aumentar a assertividade e otimizar o funcionamento psicológico.

A população LGBTQIA+ pode ser ajudada por psicólogas e psicólogos a se reestruturar cognitivamente, comportamental e emocionalmente; ter outras visões de si, do mundo e do futuro; desenvolver estratégias assertivas de enfrentamento às adversidades; e construir uma vida que valha a pena ser vivida.

REFERÊNCIAS

- Transgender Europe. (2013). TDOR Press Release. 13 nov. 2013.
- Meyer, I.H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, 36, 38-56.
- Conselho Federal de Psicologia, Psicólogas e Psicólogos em Políticas Públicas para POPULAÇÃO LGBTQIA+, Brasília, 2023.



CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Adolescência e o tráfico de drogas na pós pandemia no Brasil

Beatriz Da Silva Sena Aredes, Filipe Elias De Oliveira Carmo, Isabel Da Motta Landes, João Victor De Araújo Nascimento, Julia Matias Formagini, Pedro Lucas Dos Santos Fonseca

Disciplina: APTA IV – DIREITOS HUMANOS
Prof. Me. Wagner Copola

RESUMO

No presente trabalhos, visamos demonstrar através de uma pesquisa bibliográfica, o quanto a pandemia afetou não somente a forma como vivemos e pensamentos, mas principalmente a questão de jovens no tráfico. Durante a pandemia houve uma necessidade ainda maior de recursos, devido a pressão e medo, muitos jovens se viram com apenas uma única escolha que definiria a sobrevivência sua e de sua família. Dito isso, pretendemos demonstrar, apontar e esclarecer quais características foram afetadas pela pandemia que o repercutiu em questão, além dela. E como isso nos dias atuais tem influenciado jovens a buscarem o tráfico de drogas.

Palavras-Chave: tráfico, pós pandemia, jovens

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 criou inúmeros desafios em escala global, e um dos fenômenos mais preocupantes tem sido o aumento da participação de adolescentes no tráfico de drogas. O isolamento social, as limitações econômicas e a interrupção das atividades escolares e recreativas criaram um ambiente propício para o aprofundamento deste problema, sobretudo no período pós-pandemia.

Além disso, o confinamento e as restrições de circulação favoreceram a venda de drogas através da internet e serviços de entrega ao domicílio de substâncias ilegais, o que pode ter facilitado o envolvimento dos adolescentes neste tipo de atividade. Este cenário é ainda mais complicado devido ao aumento da impunidade. Durante a pandemia, houve uma diminuição na identificação de vítimas de tráfico e uma diminuição nas investigações e condenações dos autores.

Por fim, é importante destacar que a participação de adolescentes no tráfico de drogas não é apenas uma questão de criminalidade, mas também um reflexo de falhas em políticas sociais e educativas.

DESENVOLVIMENTO

Dentre os fatores que contribuem para a entrada de adolescentes no tráfico de drogas podemos destacar 3 principais aspectos:

- 1) Marginalização de populações menos favorecidas e o descaso do Governo para com elas: O descaso das autoridades governamentais com as populações marginalizadas deixam elas à mercê e vulneráveis a todos os problemas sociais urbanos, desde fome, violência, subemprego e até preconceitos. Nesse contexto, os adolescentes nascidos e criados nessa realidade veem a segregação socioespacial de perto: uma parcela pequena da população desfruta de todos os benefícios sociais (lazer, cultura, alimentação de qualidade e melhores espaços urbanos) enquanto a maior parcela vive em condições sub-humanas (sem saneamento básico, em área de risco e em insegurança alimentar). Além disso, eles também percebem que as autoridades governamentais não se preocupam com a situação precária em que vivem e nem trazem medidas efetivas para o enfrentamento desse problema, pois essa Marginalização é histórica e está enraizada na história do país.
- 2) Desemprego e crise financeira: Nos últimos anos, devido as demandas das novas tecnologias, o mercado de trabalho tem se transformado e exigido cada vez mais trabalhadores qualificados, e para isso, faz-se necessário o constante investimento aprimoramento de novas habilidades. Nesse sentido, aqueles que não têm essas competências não conseguem um emprego estável e acabam ficando desempregados. Sob esse viés, como um adolescente de periferia que precisa trabalhar para ajudar a sustentar a família conseguirá um emprego bem remunerado se o mesmo não tem condições financeiras de investir em capacitação e vive em constante insegurança alimentar? Além disso, o agravamento da crise financeira do país faz com que aumente o desemprego, tornando as vagas de emprego mais disputadas e exigindo ainda mais competências e habilidades do candidato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia do covid-19 com início em 2020, configurou uma nova forma de viver em todos os lugares do globo terrestre. Quando falamos de periferias brasileiras, estamos falando de lugares onde pessoas marginalizadas vivem. Esses grupos possuem formas únicas de se viver.

Se analisarmos o cenário causado pela covid-19 no país, vemos a crise econômica que se estabeleceu e que afetou, principalmente, trabalhadores, informações, já que não tiveram seus direitos garantidos. Esse cenário colaborou ainda mais para o aumento do tráfico de drogas.

Os adolescentes marginalizados se viram frente a necessidades básicas sem previsão de serem supridas. Alimentação, moradia e estudo estavam comprometidos, os levando a cogitarem outras formas de se obter dinheiro. O tráfico de drogas se tornou uma opção para a grande maioria dos adolescentes em situação de vulnerabilidade durante a pandemia. As drogas foram vistas não somente para vendas, mas também para consumo e fuga da realidade.

CONCLUSÃO

Para poder ocorrer uma mudança dentro desse contexto é necessário fazer os adolescentes experimentarem novas realidades, através da educação por meio de um ensino mais prático e atrativo auxiliado por projetos sociais e programas.

Atualmente podemos destacar o projeto música nas escolas do município de Barra Mansa que é um programa de desenvolvimento musical voltado aos alunos da rede municipal de ensino.

Através do programa Aprendizagem Profissional que foi estabelecida pela Lei nº.10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005 e posteriormente pelo Decreto nº. 9.579/2018, cria oportunidades tanto para o aprendiz (jovens entre 14 e 24 anos) quanto para as empresas e a principal consequência disso tudo é que o jovem é implementado no mercado de trabalho e também a formação de futuros profissionais habilitados.

Em vista dos fatos abordado concluímos que ao expor os adolescentes em diversas atividades através de programas ou projetos damos uma nova perspectiva e criamos uma motivação para que aquele indivíduo possa ter mais motivos pra se afastar do tráfico de drogas.

REFERÊNCIAS

Folha de São Paulo. Desemprego engrossa tráfico de drogas. Cotidiano, 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff10049801.htm>. Acesso em: 11 nov. 2023



CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA



Direitos Humanos X Imigração

Nome 1; Ana Paula 2; Sandra 3; Larissa 4; Letícia 5; Arlindo 6 Climério
Disciplina: APTA IV – DIREITOS HUMANOS
Prof. Me. Wagner Copola

RESUMO DE IMIGRAÇÃO x BRASIL

Os direitos humanos devem ser a base para o desenvolvimento de políticas migratórias justas e humanitárias, que garantam a dignidade e os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou status migratório. Fica garantido aos imigrantes no Brasil o respeito aos direitos humanos, o direito à não discriminação, a igualdade de tratamento, ao trabalho, à educação, à assistência, a previdência social e todos os direitos dos cidadãos nacionais.

Palavras-Chave: Direitos Humanos- Imigrantes- Brasil

INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo foi conhecer os direitos humanos voltados para a imigração em nosso país, suas leis e políticas criadas, onde os grandes obstáculos encontrados são o idioma, a regulamentação das documentações para se legalização dentro do país e a discriminação racial.

Em 2017 foi aprovada a lei de Migração nº 13.445/2017 que soma as demais e que passa a tratar o movimento migratório como um direito humano, repudiando a xenofobia e garantindo condições de igualdade, mesmo assim tem-se um grande desafio pela frente para tornar tudo prático e funcional.

DESENVOLVIMENTO

A imigração no Brasil é um fenômeno caracterizado pela chegada de estrangeiros ao território nacional, diversas são as causas que motivaram a imigração no Brasil ao longo da história, a principal foi a econômica. Aos diferentes ciclos produtivos durante o Brasil colônia e posteriormente no Brasil império com a imigração forçada de africanos para trabalho escravo nas lavouras, mais tarde já com o trabalho assalariado veio os grupos europeus, asiáticos etc... Atualmente com o terremoto que devastou o Haiti, as guerras na Ucrânia e Síria, a situação econômica na Venezuela foram uns dos motivos para se refugiarem no Brasil, muitos também veem por oportunidade de trabalho.

A primeira é grande barreira que o imigrante encontra e o idioma, isso atrapalha a comunicação, o trabalho, o estudo entre outras coisas, ainda encontra-se muita discriminação racial, dificuldades pra retirar documentos, revalidação de diploma e vistos para visitação de parentes e falta de informação.

O Brasil criou várias leis para está de acordo com os direitos humanos como:

- I- Universidade, indivisibilidade, interdependência dos direitos humanos.
- II - Repúdio e Prevenção à xenofobia, ao racismo e qualquer tipo de discriminação.
- III- A não criminalização da migração
- IV- Não discriminação Em razão dos critérios ou dos procedimentos pelo quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V- promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI- Acolhida humanitária,

Dentre várias leis favoráveis aos imigrantes no Brasil

RESULTADOS E DISCUSSÃO

IMIGRAÇÃO NO BRASIL : 1870-2021



Gráfico 4. Número de cidadãos de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho formal por demanda de empregadores locais por países de origem estrangeiros e ano de chegada, 2014-2020



Fonte: Estatísticas sobre OIM/Brasil, a partir dos dados de Comunicação, Departamento de Migração e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2019, 2020.

Para mais informações, veja o capítulo 7 do Relatório Anual OIM/Brasil 2021.

CONCLUSÃO

Os direitos humanos são fundamentais para garantir a dignidade e a liberdade de todas as pessoas. No Brasil está previsto tanto na Constituição quanto em tratados internacionais ao qual o país é signatário.

Alguns dos principais direitos humanos protegidos no Brasil incluem-se o direito à vida, à liberdade de expressão, à igualdade, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho digno entre outros.

No entanto apesar dos avanços na legislação e nas instituições responsáveis por esses direitos, o Brasil enfrenta desafios significativos na efetivação plena dos direitos humanos, a questões como violência, a desigualdade social, a discriminação racial, de gênero, o desemprego e a agilidade para resolver problemas relacionados à legalização dentro do país e etc. É fundamental que a sociedade e as autoridades estejam engajadas em promover e promover a todos.

REFERÊNCIAS

Politize.com.br / Brasilescola.uol.com / Planalto.gov.br



Referências

CANDAU, Vera Maria. SACAVINO, Susana. (Orgs.) **Educação em Direitos Humanos**: temas, questões e propostas. Petrópolis: DP et Alli, 2008.

CIDH. Situação dos direitos humanos no Brasil : Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 12 de fevereiro de 2021 / Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

OLIVEIRA, Mara. AUGUSTIN, Sérgio. (Orgs.). **Direitos Humanos**: emancipação e ruptura. Caxias do Sul, RS: Educus, 2013.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.